

ATA Nº 02/2025

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA INSTÂNCIA MINEIRA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO RIO DOCE – IMPS/DOCE

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2025, às 9 horas, reuniu-se, em endereço virtual conforme encaminhamento de modo unânime na primeira reunião ordinária, a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce – IMPS/Doce, instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22 de outubro de 2025, como instância de natureza informativa e consultiva destinada a promover espaços e mecanismos de participação e controle social no acompanhamento das obrigações e ações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 0156420-07.2024.1.00.0000.

Para fins de registro, **consignou-se a presença dos(as) representantes das comunidades atingidas, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Conjunta**, sendo: representantes de Mariana, Anderson Jesus de Paula (titular) e Mirella Regina Lino Sant’Ana (suplente); representantes de Barra Longa, Simone Silva (titular) e Adriana Aparecida Freitas (suplente); representantes de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó, Marcos Antônio Martins (titular) e José Márcio Lazarini (suplente); representantes de Rio Casca e adjacências, Simone de Fátima Nunes (titular) e Silvio Martins Soares (suplente); representantes do Parque Estadual do Rio Doce, Maria Aparecida da Silva Calazans (titular) e Sandra Maria Vasconcelos (suplente); representante do Vale do Aço, Moises Gomes da Silva e Maria Madalena (suplente); representante de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, Ageu José Pinto (titular); representantes de Tumiritinga e Galiléia, Marilúcia Gonçalves (titular) e Marlene Ferreira Martins (suplente); representante de Conselheiro Pena, Sônia Batista Cardoso (suplente); representante de Resplendor e Itueta, Renato Correia de Oliveira (suplente); e representantes de Aimorés, Emmerson Madeira Cruz (titular) e Benilde Madeira (suplente).

Em seguida, registrou-se que estiveram presentes os integrantes do Poder Público, segundo o art. 5º, inciso III, sendo: representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Matheus Eduardo Braga Lopes Bragança Silva (titular), Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy (titular) e Thais Cristina Lopes de Araújo Vilas Boas (suplente); representante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, Natalia Silva de Souza (suplente); representantes Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Dr. Leonardo Castro Maia (titular) e Dra. Shirley Machado de Oliveira (suplente);

Também constou a participação da Dra. Andreia de Abreu Lima, da Defensoria Pública de Minas Gerais, da Dra. Gabriela Cristina Ramalho, do Ministério Público Federal e de Luciana Rodrigues, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Ademais, registrou-se a presença dos convidados com direito a voz, previstos no art. 6º da normativa mencionada, que integraram a reunião: Franciele Fedrizzi, da AECOM e Isabela Raquel Ramos Iensen, do LACTEC, representantes das auditorias externas independentes.

Houve, ainda, o comparecimento das Assessorias Técnicas Independentes: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) Barra Longa e Médio Rio Doce, Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e Centro Rosa Fortini.

Após abertura da reunião por parte de Ana Cláudia Machado Botelho Lufty, SEPLAG, procedeu-se à leitura e apreciação da ordem do dia, composta pelas seguintes pautas:

- 1. Apresentação da IMPS e abertura para perguntas;**
- 2. Apresentação da Execução do Acordo pelo Estado de Minas Gerais e abertura para perguntas;**
- 3. Calendário de atividades;**
- 4. Abertura para perguntas sobre o Acordo em geral;**
- 5. Encaminhamentos e pautas para a próxima reunião.**

Em seguida deu-se início à apresentação da IMPS, momento em que foi apresentado informe inicial acerca do encaminhamento da ata da reunião anterior por meio e-mail, registrando-se que as atas das reuniões subsequentes serão igualmente encaminhadas por esse meio. Na sequência, após a apresentação, foi explicada a forma de organização e condução das próximas reuniões.

Em seguida, abriu-se para a manifestação e retirada de dúvidas das pessoas presentes. Na oportunidade houve questionamento sobre o motivo pelo qual a composição do CEMG não possuir pessoa atingida e questionamento se o conselho possui canal para encaminhar denúncias. Também foi questionado sobre a expectativa para o apoio das ATIs à IMPS e como será o custeio dos representantes para a participação nas reuniões da instância e nos eventos de entrega por parte do estado de Minas de medidas previstas pelo acordo, tal como a entrega dos Kits máquinas para as prefeituras.

Como devolutiva, Ana Cláudia, SEPLAG, trouxe que o objetivo da IMPS também é o de aproximar as pessoas atingidas das medidas debatidas no CEMG, assim a instância foi pensada como um espaço para apresentar as medidas de fiscalização das obrigações de fazer que são realizadas, sendo uma forma de suprir, ou ao menos minimizar, a ausência de pessoa atingida na composição do CEMG. Em seguida, falou que a Instância conta com o apoio das ATIS tanto para a execução factível das reuniões ao longo dos territórios atingidos, quanto o de apresentação de dicas e questões para que a IMPS possa ser um espaço verdadeiramente participativo.

Também foi abordado sobre a forma de participação esperada, a representante da SEPLAG trouxe que as reuniões irão ocorrer ao longo do território a partir da indicação dos municípios que as ATIS enviaram como indicação em momento prévio. Quanto aos eventos de entrega informou que os convites a partir de agora serão enviados para os e-mails dos representantes, inclusive, pediu desculpas pelo mal-entendido ocorrido no convite realizado no evento do Kit máquinas, informa que o convite foi realizado para o e-mail possuído à época do envio, sendo

esse o das ATIs, todavia o cerimonial que enviou os convites não especificou que eles deveriam ter sido estendidos aos representantes da IMPS.

Em seguida as e os representantes da sociedade civil IMPS e das ATIS se manifestaram acerca das medidas de transparência que esperam da instância. Falaram, principalmente, sobre o acompanhamento de medidas quais não são de competência do estado de Minas, tais como a participação na governança dos temas da saúde organizada pela União, o acompanhamento dos valores destinados aos municípios e sobre o portal único de transparência previsto pelo novo acordo do Rio Doce. Também foi pontuado sobre a previsão no acordo de medidas de participação social na maior parte dos anexos. Aloísio, representante da Rosa Fortini, sugeriu ao Estado a verificação da possibilidade de custeio da instância por via do anexo 12, lista 3 de ações e iniciativas do Estado de Minas Gerais.

Como devolutiva aos questionamentos, por parte do Poder Público foi contextualizado o momento atual de construção do portal único, sendo uma responsabilidade do estado do Espírito Santo e que está em desenvolvimento, que o estado de Minas está acompanhando sua elaboração, e que assim que houver mais informações sobre o portal único será feito repasse para a IMPS. Também foi informado sobre a iniciativa do estado de Minas em elaborar portal de transparência próprio para as medidas relacionadas as suas obrigações assumidas no novo acordo do Rio Doce.

Em seguida, o debate retornou para as medidas de participação social. Ana Paula, Cáritas de Itabira, falou que pelas ATIs o possível será feito para garantir a participação nos eventos de entrega, mas que existem limitações orçamentárias vinculadas aos planos de trabalho. Garante que para as reuniões da IMPS o recurso está previsto, mas que para além disso não é possível garantir. Sobre o tema, representantes da sociedade civil se manifestaram sobre o desejo da criação de um fundo de participação social específico para a instância. Também foi versado sobre a dificuldade encontrada para acessarem espaços ligados ao tema da saúde, em específico à governança criada pelo acordo e, principalmente, aos conselhos municipais que tratam sobre o tema.

Gabriela, integrante do MPF, manifestou-se sobre a questão do custeio. Compartilhou entendimento de que a participação social está garantida no Anexo 06. Informou que, independentemente de eventual deliberação do Conselho de Participação Social acerca do fundo, este já se encontra assegurado para viabilizar a participação em todas as instâncias, inclusive a estadual. Registrou, ainda, que o assessoramento às pessoas atingidas integra o escopo de atuação das ATIs, conforme também previsto no Anexo 06.

Houve sugestão da sociedade civil de que as reuniões ocorram de modo híbrido, com transmissão na plataforma Youtube. Havendo também solicitação para que as ATIs possam auxiliar as e os representantes na participação efetiva e no preparo para as reuniões da IMPS.

Dr. Leonardo, representante do Poder Público pelo MPMG, ressalta que as reuniões de participação social possuem a característica de serem transversais a todo acordo, por debater todos os anexos. Assim, compreende que a verba destinada pelo anexo 6 já abrange as medidas de participação social dispostas nos demais anexos. Informou que as Instituições de Justiça encaminharam pedido descrição nos planos de trabalho das ATIs para os gastos com as instâncias de participação, compreendendo que a presença em eventos está dentro da

participação social. Porém, destaca que é necessário ter um senso de economicidade face as entregas serem muitas, sendo necessário avaliar se o envio de um ou mais representantes da instância não conseguiria suprimir a representação da IMPS nos eventos de entrega que não forem reuniões. Também trouxe o debate de acesso aos conselhos municipais de saúde, falando que cada município possui autonomia para estabelecimento de normativas próprias de composição de acesso a esses espaços.

Após a conclusão do debate sobre a forma de participação social, passou-se para o debate sobre as medidas em execução por parte do estado de Minas e aquelas de fiscalização realizada pelo CEMG. Ao longo da apresentação foram respondidos questionamentos pontuais tais como a competência de cada medida prevista, como, por exemplo, que a retirada de rejeitos em candonga ficou da empresa com a fiscalização ficando a cargo do Governo Federal via IBAMA. Também foi explicado que as reuniões da IMPS terão momentos para a apresentação das medidas em execução, as de fiscalização do CEMG e um último para abertura do espaço para manifestações em geral.

Em sequência, novamente foi assegurado espaço para manifestações e questionamentos de todas e todos os participantes.

Foi ressaltada preocupação com a situação das pessoas que exercem a prática econômica da pesca, foi mencionado que ao longo da bacia existem relatos de cancelamento de carteirinhas de pesca, também houve manifesto de insatisfação sobre a ineficácia dos P16 e P15 da Fundação Renova, esse último tendo ações invalidadas com a repactuação. Uma das preocupações apresentadas, inclusive, tem ligação com o perfil de maior idade dos e das pescadoras, havendo desejo para que as novas iniciativas e projetos possam atender a realidade desse público.

Outro ponto questionado foi sobre a forma de acompanhamento, a nível estadual, das ações realizadas pela Samarco. Houve pontuação também sobre a previsão de medidas que favoreçam a retomada econômica dos territórios atingidos, fazendo paralelo com a ação de entrega dos kits máquinas às prefeituras que parte das pessoas presentes manifestaram descontentamento com a medida solicitada pelas prefeituras.

Foi conversado sobre a preocupação com o encerramento em novembro de 2026 do programa da Samarco de fornecimento de silagem para animais onde os terrenos rurais não foram recuperados. Assim, houve manifesto para que o CEMG possa acompanhar a questão.

Também houve fala sobre o uso das verbas destinadas para o controle das enchentes, na ocasião foi solicitado que ocorram visitas técnicas e oitiva das pessoas que residem nos territórios que sofrem com esse problema para que haja melhor elaboração de medidas de contenção.

Representantes da sociedade civil também pontuaram sobre a estrada que liga Chopotó a Barra longa, falando da importância dela para a região e o quão benéfico seria para a população atingida se ela fosse asfaltada utilizando as verbas da repactuação. Ainda sobre Barra Longa, houve pedido de consideração para que ocorra reuniões da IMPS no município face as pessoas

atingidas sofrerem com situações de racismo e estigmatização, especialmente no Município de Mariana. Também foi solicitado ao Poder Público a realização de análises do solo e de exames toxicológicos, sendo uma preocupação qual a empresa irá realizar essas análises, face que o estudo realizado anteriormente pela AMBIOS comprovou a contaminação, mas posteriormente foi realizado outro pela Samarco que apresentou conclusão diversa.

A última contribuição apontada nesse momento foi o de atenção para medidas de tratamento de água e de saneamento através do anexo 9. Foi versado sobre a importância de medidas integrativas para a revitalização do Rio Doce e do Rio Santo Antônio. Foi ponto, ainda, o Dique S4, previsto no anexo 16, havendo solicitação de que seja criado um Centro de Educação Ambiental (CEA), assim como de um laboratório, no âmbito do anexo 10, com a finalidade de promover o repovoamento de espécies aquáticas.

Ao longo das falas também foi levantada a problemática encontrada com o PTR, sendo uma reclamação coletiva a dificuldade de acesso ao programa e denúncia de casos de pessoas que acessaram a ele de forma fraudulenta.

Em seguida, passou-se para as respostas por parte do Poder Público aos questionamentos realizados. A representante da SEPLAG, Thais Vilas Boas, agradeceu as pontuações e contextualizou que esse momento inicial seria realmente para explanação em geral de todos os assuntos, mas que em reuniões futuras será possível aprofundar a medida em que os temas forem debatidos. Contextualiza de que apesar de as áreas mencionadas serem fiscalizadas pelo CEMG, a execução das medidas de fazer permanecem com a Samarco, ficando a cargo do Poder Público o acompanhamento para que as medidas não sejam tomadas de modo unilateral por parte da Samarco, nesse sentido informa que ainda não houve definição de qual empresa realizará as análises do solo, mas assim que houver será feito o repasse para a Instância. Também trouxe que a solicitação de asfaltamento da estrada que liga Chopotó a Barra Longa será analisada internamente em razão de haver necessidade de verificar qual ente possui competência sobre ela e que o tema será debatido novamente em reunião futura da Instância.

Para além, a representante da SEPLAG reforçou o objetivo da IMPS, solicitando para que o espaço seja utilizado para debater medidas passíveis de serem concretizadas face ao texto do acordo, visto que o Poder Público e o Estado de Minas estarem vinculados ao mesmo e que cada ente possui competências específicas e medidas que precisam ser concretizadas.

Assim, expôs compreensão e intenção de que a IMPS seja um espaço onde se possa olhar para as medidas previstas ao Estado de Minas com um olhar de como essas podem se adaptar e melhor atender a população atingida. Nesse sentido reforça o compromisso com uma reparação integral, olhando para a recuperação ambiental, melhoria da saúde, medidas de mitigação e de retomada econômica.

Em seguida a representação do SISEMA informou que as ações sobre o anexo 10 estão sendo estruturadas em conjunto com a União e que no projeto de gestão pesqueira há previsão de uma

etapa de oitiva das comunidades, face considerarem importante a participação das comunidades no desenvolvimento das ações.

Matheus Braga, SEPLAG, retomou o assunto da recuperação produtiva, destacando que é de interesse compreender melhor as dificuldades encontradas para subsidiar programas e medidas que consigam prover renda para que os produtores e as produtoras rurais possam adquirir a silagem para alimentação animal quando se findar a obrigação da Samarco de prover essa alimentação em novembro de 2026. Assim, reforçou que essas medidas vão ser elaboradas em conjunto com as pessoas atingidas.

Clarissa, assessora do MPMG, corroborou que o PTR ficou a cargo da União, e, ainda, informou que o Ministério Público recebeu nota técnica sobre as problemáticas apresentadas sobre o programa pouco antes da reunião da IMPS e que será analisada para posterior definição de forma de atuação. Também recomendou o envio e estudo da apresentação para todos e todas.

Assim, encaminhou-se para o final da reunião extraordinária com a explanação de que os locais futuros de reuniões ordinárias foram pensados a partir da contribuição das ATIS, também houve a apresentação das auditorias que acompanharam a reunião e, por fim, de confirmação de encaminhamento de que a SEPLAG irá dar retorno em reunião futura da Instância sobre a solicitação de asfaltamento da estrada que liga Chopotó a Barra Longa. Foi reforçado que a IMPS segue com o espaço aberto para a solicitação de pautas para a próxima reunião que virá a ocorrer no dia 26/02/2026 em Rio Doce.

Os encaminhamentos desta reunião foram sistematizados em anexo. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12h50. Lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos participantes para ciência e posterior aprovação. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2025.

Presidente/Coordenador(a) da Reunião
Secretaria-Executiva – SEPLAG

Anexo I: Encaminhamentos da Reunião

Encaminhamento	Prazo	Responsável
-----------------------	--------------	--------------------

Análise e resposta de viabilidade de asfaltamento da estrada que liga Xopotó a Barra Longa	26/02/2026	SEPLAG